

Sociedade Anônima
de Capital Fechado
CNPJ nº 03.475.839/0001-74
Belo Horizonte - MG

Rosal Energia S.A.



DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(Em milhares de Reais, exceto resultado por lote de mil ações)

	Nota	2014	2013
RECEITAS	15	45.720	44.845
CUSTOS OPERACIONAIS			
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA			
Energia Elétrica de Curto Prazo - CCEE.....		(29.666)	(12.823)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão ..		(2.826)	(2.593)
		(32.492)	(15.416)
CUSTOS DE OPERAÇÃO	16		
Pessoal.....		(1.456)	(1.500)
Participação dos Empregados		(132)	(183)
Materiais		(352)	(455)
Serviços de Terceiros		(2.362)	(2.896)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos		(1.025)	(1.299)
Depreciação e Amortização		(4.384)	(4.369)
Seguros.....		(53)	(58)
Outras.....		(5)	(8)
		(9.769)	(10.768)
CUSTO TOTAL		(42.261)	(26.184)
LUCRO BRUTO		3.459	18.661
DESPESAS OPERACIONAIS	16		
Despesas Gerais e Administrativas.....		(137)	(239)
Outras Despesas Operacionais		(584)	(339)
		(721)	(578)
Resultado Operacional antes do resultado Financeiro		2.738	18.083
Receita Financeira.....	17	1.891	1.511
Despesa Financeira	17	(78)	(90)
Resultado antes dos Impostos		4.551	19.504
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente ..	18	(2.132)	(1.987)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos ..	18	(10)	20
RESULTADO DO EXERCÍCIO		2.409	17.537
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR LOTE DE MIL AÇÕES		51,32	373,57

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013**
(Em milhares de Reais)

	2014	2013
RESULTADO DO EXERCÍCIO	2.409	17.537
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	2.409	17.537

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013**
(Em milhares de Reais)

	2014	2013
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício	2.409	17.537
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa		
Depreciação e Amortização	4.384	4.369
Impostos de Renda e Contribuição Social	2.142	1.967
Receitas Financeiras Oriundas de Títulos e Valores Mobiliários	(1.891)	-
Provisões Operacionais	3	8
	7.047	23.881
(Aumento) Redução de Ativos		
Revededores	(192)	(440)
Tributos Compensáveis	(3)	(43)
Outros Créditos	(90)	(9)
	(285)	(492)
Aumento (Redução) de Passivos		
Fornecedores e Encargos de Uso de Rede Elétrica	3.416	(1.447)
Salários e Contribuições Sociais	(15)	2
Impostos, Taxas e Contribuições Sociais	(387)	(209)
Encargos Regulatórios	(505)	6
Outras Obrigações	(18)	69
	2.491	(1.579)
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	9.253	21.810
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(2.174)	(1.864)
CAIXA LÍQUIDO GERADO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	7.079	19.946
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos pagos	-	(17.619)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	(17.619)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Títulos e Valores Mobiliários	(7.889)	1.823
Imobilizado	(80)	(299)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(7.969)	1.524
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(890)	3.851
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	6.808	2.957
No fim do exercício	5.918	6.808
	(890)	3.851

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Rosal Energia S.A. ("Companhia" ou "Rosal"), sociedade anônima de capital fechado é concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, sediada em Belo Horizonte - MG, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG ("CEMIG") e tem por objetivo a produção e comercialização de energia elétrica produzida na Usina Hidrelétrica de Rosal ("UHE Rosal").

A UHE Rosal está localizada nos municípios de Bom Jesus de Itabapoana, no Estado do Rio de Janeiro, e São José do Calçado e Guaiçú, no Estado do Espírito Santo. O prazo de duração da concessão da exploração dessa usina é de 35 anos, contados a partir de 08 de maio de 1997, data em que o Contrato de Concessão para Geração e Transmissão de Energia Elétrica nº 1/97 foi assinado.

A Companhia possui Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica com quatro distribuidoras de energia do Grupo Rede: Caiuá Serviços de Eletricidade, Empresa Elétrica Braganantina, Empresa de Eletricidade Vale do Paranaíba e Companhia Nacional de Eletricidade. Todas essas distribuidoras estão localizadas no Estado de São Paulo.

A Companhia teve sua licença de operação renovada, no início de março de 2011, por mais oito anos. Entre as ações implantadas, estão os programas de educação ambiental, de qualidade da água, reflorestamento das margens e recuperação de áreas degradadas, conservação e uso do reservatório, monitoramento de processos erosivos e a criação dos parques naturais municipais de Guaiçú (ES) e Bom Jesus do Itabapoana (RJ). A UHE Rosal foi construída em 1999 e adquirida pela CEMIG em dezembro de 2004. A Companhia é certificada nas normas ISO 9001, 14001 e OHSAS 18001.

Em 31 de dezembro de 2014, o Passivo Circulante da Companhia excedeu o Ativo Circulante em R\$2.364. Esse excesso decorre, basicamente, dos dividendos obrigatórios e adicionais propostos pela Administração da Companhia, sendo que não há determinação do prazo para pagamento prevista no seu Estatuto Social.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade e Base de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), compreendendo: a Lei das Sociedades por Ações, que incorporam os dispositivos das Leis 11.638/07 e 11.941/09; os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

Em 24 de abril de 2015, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

2.2. Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de preparação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 5 - Revendedores (contas a receber não faturado);
- Nota 8 - Depreciação;
- Nota 11 - Provisões
- Nota 18 - Imposto de Renda e Contribuição Social.

2.5. Normas, interpretações e modificações que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014 com possíveis impactos para a Companhia

ICPC 19 / IFRIC 21 - Tributos - orienta sobre quando reconhecer um passivo para uma taxa imposta pelo governo, tanto para as taxas que são contabilizadas de acordo com o CPC 25 / IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e aqueles nos quais os valores e o período da taxa são claros.

CPC 01 / IAS 36 - Impairment de ativos - adiciona orientações sobre a divulgação de valores recuperáveis de ativos não financeiros. As alterações do IAS 36/CPC 01 (R1) retiram os requerimentos de divulgar o montante recuperável de uma unidade geradora de caixa para a qual o ágio de expectativa de rentabilidade futura (goodwill) ou outro ativo intangível com vida útil indefinida tenha sido alocado quando não tenha ocorrido redução ao valor recuperável de um ativo ou reversão de redução ao valor recuperável relacionado a essa unidade geradora de caixa. Adicionalmente, esses ajustes introduziram divulgações adicionais aplicáveis para quando o valor recuperável de um ativo ou uma unidade geradora de caixa é mensurado pelo valor justo menos custos de alienação. Esses novos requerimentos de divulgação incluem a hierarquia do valor justo, as premissas chave e técnicas de valorização utilizadas, que estão em linha com as divulgações requeridas pela IFRS 13/CPC 46 - Mensuração do Valor Justo.

Alterações ao IAS 32/CPC 39 - Apresentação de Instrumentos Financeiros Ativos e Passivos Líquidos - Os ajustes do IAS 32 esclarecem os requerimentos relacionados à compensação de ativos financeiros com passivos financeiros. Especificamente, a emenda clarifica o significado de "direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido" e "realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente".

Orientação Técnica OCPC 07 e Deliberação CVM 727 - evidência na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral. Esta orientação trata dos requisitos básicos de elaboração e evidência a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros de propósito geral. Visa esclarecer e reforçar que, nas Demonstrações Financeiras e nas respectivas notas explicativas, sejam divulgadas apenas informações relevantes que auxiliem os usuários, considerando as normatizações já existentes, sem que os requerimentos mínimos existentes em cada Pronunciamento Contábil emitido pelo CPC deixem de ser atendidos.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas com possíveis impactos para a Companhia

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - A IFRS 9 emitida em novembro de 2009 introduziu novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 foi alterada em outubro de 2010 para incluir requerimentos para classificação e mensuração de passivos financeiros e para desreconhecimento. Outra revisão da IFRS 9 foi emitida em julho de 2014 e incluiu, principalmente a) requerimentos de impairment para ativos financeiros e b) alterações limitadas para os requerimentos de classificação e mensuração ao introduzir um critério de avaliação a "valor justo reconhecido através de outros resultados abrangentes" para alguns instrumentos de dívida simples.

O efeito mais significativo da IFRS 9 relacionado à classificação e mensuração de passivos financeiros refere-se à contabilização das variações no valor justo de um passivo financeiro (designado ao valor justo através do resultado) atribuíveis a mudanças no risco de crédito daquele passivo. Especificamente, de acordo com a IFRS 9, com relação aos passivos financeiros reconhecidos ao valor justo através do resultado, o valor da variação no valor justo do passivo financeiro atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo é reconhecido em "Outros resultados abrangentes", a menos que o reconhecimento dos efeitos das mudanças no risco de crédito do passivo em "Outros

resultados abrangentes" resulte em ou aumento ou decasamento contábil no resultado. As variações no valor justo atribuíveis ao risco de crédito de um passivo financeiro não são reclassificadas no resultado. Anteriormente, de acordo com a IAS 39 e o CPC 38, o valor total da variação no valor justo do passivo financeiro reconhecido ao valor justo através do resultado era reconhecido no resultado.

Em relação ao impairment de ativos financeiros, a IFRS 9 requer o modelo de expectativa de perda no crédito, ao contrário do modelo de perda efetiva do crédito mencionada no IAS 39/CPC 38. O modelo de expectativa de perda no crédito requer que a empresa registre contabilmente a expectativa de perdas em créditos e modificações dessas expectativas a cada data de reporte para refletir as mudanças no risco de crédito desse ou reconhecimento inicial. Em outras palavras, não é mais necessário que o evento ocorra antes para que seja reconhecida a perda no crédito.

Na data destas Demonstrações Financeiras não são esperados impactos relevantes na adoção destes pronunciamentos.

2.6. Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas Demonstrações Financeiras.

a) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos - a Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado - um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis - são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem Caixa e Equivalente Caixa, Consumidores e Revendedores, Depósitos Judiciais e Outros créditos.

Caixa e Equivalentes de Caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

Investimentos mantidos até o vencimento - Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que o Companhia possui a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Passivos financeiros não derivativos - a Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Capital Social - ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos como passivo.

b) Revendedores

As contas a receber de revendedores são registradas inicialmente pelo valor justo, faturado e não faturado, e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado. Inclui os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

c) Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, incluindo encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada. O custo inclui os gastos que são diretamente atribuíveis a aquisição de um ativo. Para os ativos construídos pela Companhia são incluídos os custos de materiais e mão de obra direta, além de outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que estejam em condições de operar de forma adequada.

Os gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados aos gastos serão auferidos pela Companhia.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço, pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, e refletem a vida útil estimada dos bens.

A Companhia reavaliou os seus Ativos Imobilizados pelo custo atribuído dos seus ativos na data do balanço de abertura do exercício de 2009 por entender que os valores contábeis não representavam o valor justo desses ativos naquela data.

d) Redução ao valor recuperável

Redução ao valor recuperável (*Impairment*) de ativos não financeiros - os ativos sujeitos a depreciação e amortização são revisados para a verificação de redução ao